

SAÚDE, CIÊNCIA, PATRIMÓNIO

Atas do III Congresso de História
da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Casa da Prelada (Porto) – 13, 14 e 15 de novembro de 2014



misericórdia
do porto

A MISERICÓRDIA DO PORTO E OS SEUS HOSPITAIS COMO CENTROS DE FORMAÇÃO DE CIRURGIÕES (1639-1826)

THE MISERICÓRDIA DO PORTO AND ITS HOSPITALS AS TRAINING
CENTRES FOR SURGEONS (1639-1825)

LAURINDA ABREU*

Resumo:

Desde o início do século XVI que a Coroa portuguesa investiu na regulação das “artes da cura”, de formação académica mas também empírica, com o propósito de organizar um campo em completa desordem, de que resultavam “grandes perdas para o reino”. No entanto, a estrutura então criada assentou em entidades concorrenciais, com poderes sobrepostos e em permanente conflito, elementos determinantes para o estudo da construção das profissões de saúde no período moderno. Entre estas, o domínio era dos cirurgiões, que aprendiam pela prática quotidiana, às vezes em contexto hospitalar. O hospital administrado pela Misericórdia do Porto foi um dos principais centros formadores de cirurgiões a nível nacional, condição que, por sua vez, facilitava o acesso à carreira de examinador. Como se organizava o ensino da cirurgia no hospital da Misericórdia do Porto? Quem foram os seus professores e quantos alunos licenciaram? Que redes construíram e como as geriram? Serão estas algumas das questões a que se procurará dar resposta na presente comunicação.

O trabalho a apresentar assume-se como uma mera abordagem preliminar e exploratória a uma base de dados que reúne cerca de 20 mil licenças para o exercício de várias profissões de saúde, em Portugal e no Império, atribuídas e/ou reconhecidas por diferentes organismos da administração central entre os finais do século XV e 1825, ano em que, através das Escolas Médico-Cirúrgicas, se constituiu um novo paradigma de formação de cirurgiões. Basicamente serão testadas as relações entre o hospital e outras entidades com competências para examinar praticantes de cirurgia, perscrutando-se a influência de possíveis círculos pessoais e profissionais bem como o seu raio de acção. O objectivo principal será o de procurar padrões

* CIDEHUS-UE.

de actuação e identificar tendências dominantes que permitam construir hipóteses de análise que possam ser aplicadas a todo o país.

Abstract:

Since the early sixteenth century, the Crown has invested in the regulation of “healing arts” and empirical academic training for the purpose of organizing a practice in complete disorder, which resulted in “large losses for the kingdom”. However, the structure created was based on competitive entities with overlapping powers in permanent conflict. Among these were surgeons, who learned by everyday practice, sometimes in a hospital context. The hospital run by the Misericórdia do Porto was one of the main training centres for surgeons nationwide, which facilitated access to the career of examiner. How was the teaching of surgery at the Misericórdia do Porto Hospital organized? Who were its teachers and how many students graduated? Which networks were built and how were they managed?

These are some of the questions we seek to answer.

This work is a mere preliminary and exploratory approach to a database that brings together about 20,000 licenses for the exercise of various healthcare jobs in Portugal and in the Empire, assigned and/or recognized by different central government bodies between the end of the fifteenth century and 1825. In this year, through the Medical Surgical School, a new surgeon training paradigm was constituted. Basically, the relationship between the hospital and other entities with powers to examine surgery practitioners will be tested, exploring the influence of possible personal and professional circles and their sphere of action. The main objective will be to seek performance standards and identify dominant trends to develop a new analysis framework that can be applied to the whole country.

Palavras-chave: Misericórdia do Porto, hospitais, formação, cirurgiões

Key Words: Misericórdia do Porto, hospitals, training, surgeons

Introdução

Foi no início do século XVI que a coroa portuguesa, continuando políticas que já vinham sendo desenhadas desde a centúria anterior, tomou as questões ligadas à assistência e à saúde como assuntos da governação. Fê-lo através de um conjunto de intervenções sistemáticas e continuadas que, ao longo de Quinhentos, deram corpo a uma estrutura consistente, cujos fundamentos organizacionais se mantiveram sem mudanças profundas até ao Liberalismo. Do vasto leque de iniciativas então adoptadas conhece-se bem o processo de criação e implementação das misericórdias e, ainda que com menos precisão, o que levou à reforma dos hospitais. Uma área que continua na penumbra é a das “artes curativas”, domínio onde reinava uma enorme desordem, causadora, segundo o poder central, de “grandes perdas para o reino”, e que, por isso mesmo, foi igualmente intervencionada. Começou pela regulação da actividade dos

empíricos, avançou para o tabelamento dos preços e composição dos medicamentos e depois para a formação dos médicos.¹ A partir da década de 20 do século XVI são visíveis movimentações quase simultâneas nos hospitais, nas misericórdias e nas “profissões de saúde”, procedendo-se, inclusive, a algumas reconfigurações das orientações iniciais, nomeadamente na relação entre as misericórdias e os hospitais, instituições que a monarquia começava a aproximar, pese embora algumas medidas de sentido contrário tomadas por D. João III.

É precisamente sobre as profissões de saúde que se debruçará este texto, em concreto sobre os cirurgiões, e em particular os formados pela Misericórdia do Porto. Importa esclarecer que se trata de um trabalho meramente exploratório e de pendor factual, que apresenta resultados parciais de um projecto ainda em curso², assente numa base de dados com 24.282 registos nominativos, balizados entre Janeiro de 1473 e Janeiro de 1836, que reúne, entre outra documentação, licenças para o exercício de várias profissões de saúde, nomeações para os partidos camarários, atribuição de salários, reconhecimento de graus obtidos no estrangeiro e penalizações de várias ordens. Médicos, cirurgiões, “meios-cirurgiões”, boticários, parteiras, curandeiros, fazem parte de um universo complexo e compósito de indivíduos que em algum momento da sua vida recorreram aos diferentes organismos da administração central à procura de validação das suas competências profissionais, ou foram apanhados nas teias dos funcionários régios, até que as Escolas Médico-Cirúrgicas se afirmaram como um novo paradigma da formação médica³.

São várias as questões que estão a ser colocadas a este fundo documental com o propósito maior de saber como foram construídas as profissões *médicas* no Portugal Moderno. Tendo a consciência da impossibilidade de se conseguir dominar um universo tão problemático como o que está em análise, procura-se, sobretudo, identificar padrões de actuação, tendências dominantes, permanências e mudanças (como a que ocorreu com o estabelecimento do Protomedicato em 1782) no reconhecimento da formação empírica e no relacionamento entre as várias entidades com responsabilidades neste sector. Nesse sentido, o Porto, e a sua misericórdia, foram o ensejo para desenvolver uma linha de análise que

¹ Cf. Laurinda Abreu, “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados”, *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques (ed.), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 97-122.

² Trabalho iniciado no âmbito do projecto FCT, *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva*, PTDC/HIS-HIS/113416/2009.

³ Documentação recolhida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nas *Chancelarias Régias; Hospital de São José; Desembargo do Paço; Ementas da Casa Real; Tribunal do Santo Ofício e Registo Geral de Mercês*, e, ainda, na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Entre as fontes publicadas, destaca-se *Auctarium Chartulari Universitatis Portugalensis; Chartularium Universitatis Portugalensis*.

complementa outras anteriormente abertas⁴. Qual foi o lugar dos hospitais na formação de recursos de saúde? Como se organizava o ensino nos hospitais? Quem eram os professores e quantos alunos licenciaram? Quem detinha os cargos de examinadores? Qual a influência de possíveis círculos pessoais e profissionais e qual o seu raio de acção? Que redes foram construídas e como foram geridas? Existiu mobilidade profissional entre as diferentes profissões? Estes são alguns dos assuntos que estão a ser trabalhados neste momento.

Físico-mor e Universidade de Coimbra: apontamentos sobre uma relação conflituosa

Como já defendi em outros locais⁵, o atraso que o ensino e a prática da medicina e de outras funções ligadas à saúde apresentam em Portugal no século XVIII, antes e depois da reforma pombalina da universidade, em 1772, resulta, em boa parte, das guerras protagonizadas pelo Físico-mor e pela Universidade de Coimbra, que passaram o período moderno em disputa pela afirmação de autoridade e poder sobre o mesmo território. Para a economia deste texto retenha-se apenas que os problemas começaram quando D. Manuel I promulgou o regimento do Físico-mor, em 1515, depois alterado em 1521⁶, acentuando-se na década de 30, quando D. João III procedeu à fixação da universidade em Coimbra e reformou, entre outros, o curso de medicina.

Genericamente, o regimento do Físico-mor colocava sob a tutela daquele que, por norma, era também o primeiro médico do rei, os médicos graduados no estrangeiro (identificados como “iletrados” e “ignorantes”); os cirurgiões que se habilitavam à prática “de medicina”, os boticários e as boticas. Na Faculdade de Medicina, a reforma joanina procurava a excelência do curso, colocando-o ao nível do que de mais moderno se estava a fazer na Europa. Na prossecução desse objectivo, procedeu-se ao recrutamento de reputados professores estrangeiros, determinou-se a existência de aulas de anatomia e ordenou-se que fossem disponibilizados os corpos dos condenados para a investigação anatómica⁷.

⁴ Nomeadamente na comunicação “Medical career trajectories in Early Modern Portugal”, apresentada no congresso, *The Landscape of Occupations in Pre-Industrial Britain and Continental Europe, c. 1400 – 1750*, que teve lugar em Exeter, 2014.

⁵ Primeiramente no texto “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno...” e mais recentemente no livro, *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*, Lisboa, Gradiva, 2014.

⁶ Manuela Mendonça em “A reforma da saúde no reinado de D. Manuel”, *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*, vol. II, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 333-348.

⁷ Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. III, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1939, pp. 71-72.

O aumento da duração de medicina (seis anos, precedidos de dois anos em Artes), em 1545, foi entendido como o elemento que faltava para garantir a sua qualidade do curso – uma decisão imediatamente contestada pela Academia, que logo anteviu os efeitos nefastos na captação de alunos, que prefeririam formações mais curtas em universidades estrangeiras, às vezes de dois e três anos, depois reconhecidas pelo Físico-mor, que desta forma reforçaria o seu poder e rendimentos.

Foi a partir desta reforma que a luta entre o Físico-mor e a universidade subiu de tom, esta acusando aquele de estar mais interessado em aumentar a sua fortuna pessoal através da venda de licenças para exercício da medicina do que na saúde das populações. Além do mais, acusava a universidade, os cirurgiões por si encartados como médicos estavam a ocupar lugares que, por direito, pertenciam aos médicos graduados em Coimbra. Por seu turno, o Físico-mor queixava-se de que a universidade não respeitava a sua jurisdição, andando em correição a punir os profissionais por si examinados, expulsando-os dos seus cargos.

Indiferente às súplicas de ambos no sentido de restringir a respectiva zona de actuação, D. João III manteve as fronteiras definidas, entre empíricos e universidade, não permitindo que as mesmas fossem ultrapassadas. Ao longo do século XVI, só por uma vez, que se saiba, a conciliação terá sido tentada: durante o reinado de D. Sebastião, quando foi proposto ao Físico-mor o pagamento de 200 cruzados anuais, “pêra remunerar o dinheiro que tinha nos ditos exames”. A conjuntura então favorável à universidade – resultante da ordem régia de 1568 para formar médicos e boticários com bolsas de estudo financiadas pelas câmaras municipais⁸ – ajudará a explicar esta tentativa de entendimento, que rapidamente se esborou.

Goradas as expectativas da universidade quanto ao controlo sobre todos os profissionais e profissões de saúde abertas pela Reforma de 1772⁹, a criação do Protomedicato, dez anos depois, agudizou ainda mais as tensões entre as duas entidades. Integrando o Físico-mor e o Cirurgião-mor, e até governando-se pelos seus regimentos, incapaz que foi de elaborar estatutos próprios, o Protomedicato tentava, mesmo ao fechar do século, e apesar das suas próprias fragilidades, subordinar a universidade à sua tutela. A universidade, por seu turno, mostrava-se incapaz de implementar as directrizes pombalinas no tocante à criação de estruturas que lhe permitissem esvaziar as competências do

⁸ Análise desenvolvida sobre este processo pode ver-se em Laurinda Abreu, «Assistance et santé publique dans la construction de l'État moderne : l'expérience portugaise», *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 2014/3 61, 3, 2014, pp. 67-97.

⁹ Conflito que pode ser acompanhado em Laurinda Abreu, *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*, 332-370.

Físico-mor/Protomedicato. O desalinho ao nível das estruturas hierárquicas da Faculdade de Medicina nos finais de Setecentos é visível, por exemplo, na forma como lidou com um dos seus professores, Francisco Tavares, futuro físico-mor, e responsável pela primeira farmacopeia oficial, publicada em 7 de Janeiro de 1794: ao contrário do comumente afirmado, não se tratou de um exemplo de modernização da universidade mas de uma obra de carácter pessoal, que passou ao lado da Academia, como a mesma acabaria por reconhecer¹⁰. A incapacidade para identificar e resolver os condicionalismos à sua acção é igualmente visível na forma como a universidade construiu e defendeu a sua situação perante a Coroa: centrando-se exclusivamente no Físico-mor e ignorando o Cirurgião-mor.

Com regimento mais tardio, mas com a autoridade definida já nos finais da Idade Média, nomeadamente sobre os cirurgiões, os sangradores, as parteiras e todos “aqueles que concertam braços e pernas, fazem suadores, arrancam dentes e tratam os loucos”, o Cirurgião-mor nunca foi considerado pela Academia uma ameaça relevante.

Os números da discórdia ou o domínio dos cirurgiões

Questionada a base de dados, atrás mencionada, sobre a actividade do Físico-mor e do Cirurgião-mor constatou-se que entre 1493 e 1825 foram emitidas por estes responsáveis (incluindo o período do Protomedicato – 1782-1809) um total de 20.406 licenças para exercício de profissões na área da saúde. Destas, 5.897 cartas foram atribuídas a boticários (93 renovações); 873 a cirurgiões para praticar medicina (246 renovações); 970 a médicos (71 renovações), juntando aqui as cartas que reconheciam formações fora de Portugal (746) e as que concediam equivalência da prática hospitalar ao(s) último(s) ano(s) do curso de medicina; e 12.690 cartas de cirurgia (com 224 renovações). Verificou-se ainda que as cartas autorizando o exercício da medicina aos cirurgiões tinham várias limitações, quer em termos geográficos – usualmente só poderiam actuar num município e “suas fronteiras” –, quer nas áreas de intervenção: tratamento de febres, dores (ciática, estomago, rins, cólicas, etc.), “doenças comuns das mulheres”; feridas, asma e doenças respiratórias. Do mesmo modo, os “cirurgiões-médicos” só poderiam manipular e aplicar “poções e raízes”, estando-lhes vedado o uso de remédios compostos. Em suma, face a estes números, conclui-se que a narrativa da Universidade de Coimbra contra o Físico-mor acusando-o de agente de promoção de mobilidade profissional (“fazedores de médicos”), não tinha uma base tão sólida quanto queria fazer crer. Alguma razão lhe assistia, contudo, quanto à concorrência dos médicos graduados por universidades

¹⁰ ANTT, *Ministério do Reino*, Mç 469, Representação sobre os estatutos da Universidade de Coimbra e os da Junta do Proto-Medicato.

estrangeiras¹¹, sobretudo face à diminuta capacidade de recrutamento da Faculdade de Medicina, e ainda à sua menor taxa de graduação de médicos¹². É certo que a Academia não dispunha de elementos de análise estatística que lhe fornecesse dados precisos, mas não estaria completamente alheia à massiva presença de cirurgiões por todo o país, substituindo os substituíndo os médicos, mesmo sem licença para o fazer. Uma responsabilidade que não devia ser acometida ao Físico-mor.

Desde meados de Setecentos que Ribeiro Sanches, e outros com ele, vinham denunciando a situação. De Paris, escrevia aquele médico, que, munidos da sua carta profissional, os cirurgiões estabeleciam-se “numa vila, cidade, ou aldeia, e com aquela licença que tem de praticar a cirurgia, se autoriza para ser médico, cirurgião e boticário”. Sem justificar em que dados baseava a sua análise, explicava que “em 300 doentes apenas 15 requeriam operações de “cirurgia maior” e em 100 apenas cinco necessitavam de pequenas cirurgias (sangrias, abrir apostemas, concertar pernas ou braços). Os restantes precisavam apenas de cuidados médicos. Assim, quando a população chamava os cirurgiões eles tendiam a substituir-se aos médicos. Desconhecendo a natureza da enfermidade, e não sabendo ler os sintomas, o cirurgião limitava-se a sangrar e a purgar e só quando o doente piorava, entre o quinto e o nono dia, se chamava o médico, quando já não se conseguia avaliar se o mal era da doença se da cura. A conclusão era impressionante: “do referido se vê que o Estado tem estabelecido uma escola de cirurgia, e um cirurgião-mor, para autorizar um cirurgião a praticar por toda a vida uma arte, quero dizer a medicina, que nunca aprendeu”. Situação idêntica, com semelhantes inferências, era a que relatava em relação aos barbeiros-sangradores, único socorro médico das pequenas comunidades, com pouca gente e menos recursos, a quem “a necessidade obriga a ser médicos e cirurgiões”: uma assistência inútil, quando não mortal, completamente dependente das sangrias, “às vezes doze até dezoito vezes”, mesmo em casos de simples febres¹³. No final do século o tema tornou-se recorrente na imprensa periódica, sobretudo na Gazeta de Lisboa e no Jornal Enciclopédico, cabendo ao Intendente Geral da Polícia,

¹¹ Conforme demonstrado no texto “Medical career trajectories in Early Modern Portugal” (em publicação).

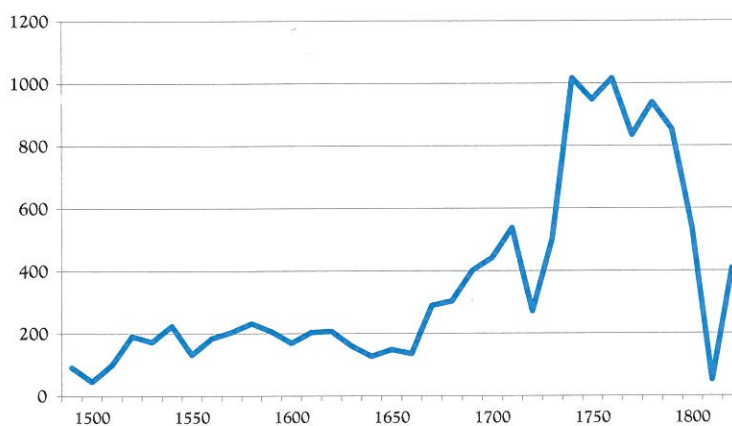
¹² Teófilo Braga afirma que em 1540 só 10 dos 642 alunos da Universidade de Coimbra cursavam medicina. Se o cenário para o século XVIII já era completamente diferente, como o demonstrou Fernando Taveira da Fonseca, (*A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. (*Estudo Social e Económico*), Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1995, pp. 168-245), ele continuava, contudo, ainda muito distante do dos demais países europeus.

¹³ António Ribeiro Sanches, *Apointamentos para estabelecer-se um Tribunal e Colégio de Medicina*, 1763 [*Obras*, vol. 2, 1966, pp. 48-49]. Transcrevemos de *Pina Manique: um reformador no Portugal das Luzes*, pp. 79-80.

Diogo Inácio de Pina Manique, o programa mais consistente para melhorar a formação dos cirurgiões até então concretizado¹⁴.

Comprovada empiricamente a preponderância dos cirurgiões nas licenças atribuídas pelos organismos da administração central, o que, obviamente, exclui todos os outros autodesignados cirurgiões que não procuraram legitimação oficial, urge, pois, centrar a análise neste grupo para melhor entender o universo dos prestadores de cuidados de saúde em Portugal no período moderno. Como se distribuíram estas 12.690 licenças para exercer cirurgia?

Gráfico 1¹⁵ – Cartas de cirurgia (Portugal e Império)



Sem entrar no enquadramento normativo que regulou a profissão até ao século XIX, nem nas específicas circunstâncias do Hospital de Todos os Santos, onde, supostamente desde 1504, funcionava uma Escola de Cirurgia¹⁶, é possível atribuir o rápido aumento do número de cirurgiões examinados no início do século XVI (45 entre 1501 e 1510; 99 entre 1511 e 1520; 190 entre 1521 e 1530) à organização das funções do Físico-mor e do Cirurgião-mor operada por D. Manuel I e à criação de estruturas que se foram progressivamente consolidando, permitindo um maior controlo deste grupo profissional. Da década de 30 do século XVI à mesma década do século seguinte, o número de licenças situou-se entre os 168 e os 230, decaindo nas três décadas seguintes

¹⁴ Maria Leonor Machado de Sousa, *A abertura de Portugal à cultura europeia: os bolseiros de Pina Manique*, Lisboa, IPED, 1983.

¹⁵ Os gráficos e os mapas foram elaborados pelo Dr. Luís Carlos Ribeiro Gonçalves.

¹⁶ Detalhes sobre este processo podem encontrar-se em Laurinda Abreu, "Training Health Professionals at the Hospital de Todos os Santos (Lisbon) 1500-1800", *Hospital Life. Theory and Practice from the Medieval to the Modern*, Laurinda Abreu and Sally Sheard, (eds), Oxford, Peter Lang, 2013, pp. 119-137.

(entre os 125 e os 147 cirurgiões examinados por década), sentindo-se um novo impulso a partir de 1670, com 400 cartas registadas na década de 1690, até alcançar as 537 cartas durante a década de 1711 a 1720. A morte de Henrique de Mourão Pinheiro, Cirurgião-mor do Reino (a última carta por si passada data de 20 de Maio de 1724) terá feito suspender a emissão de licenças até 1738, quando, a 2 de Janeiro as mesmas são retomadas, agora assinadas pelo novo Cirurgião-mor Francisco Xavier Leitão, (médico da Câmara Real desde Novembro de 1708). O aumento de cartas passadas na década seguinte, quer para Lisboa, quer para o Porto, não corresponde necessariamente a um aumento de cirurgiões formados naqueles anos mas à validação de exames realizados anteriormente. Já as oscilações do final do século estão directamente relacionadas com o conflito entre a Universidade de Coimbra, o Físico-mor e o Cirurgião-mor, no contexto da Reforma da Universidade de 1772, e com o Protomedicato, depois de 1782, e com as medidas específicas tomadas por este organismo quanto à obrigatoriedade de renovação de todas as licenças antes concedidas¹⁷.

Centros formadores de cirurgiões

Onde se formavam os cirurgiões? Apesar de pertinente, a questão é de difícil resposta e isto porque 8.274 das licenças concedidas a cirurgiões, ou seja, a maioria, não indica o seu percurso de aprendizagem. O mais provável é que tivessem sido treinados por “mestres”, devendo, pois, juntar-se às 634 cartas que reconhecem esta formação e identificam os professores. Formação que, segundo Ribeiro Sanches, no texto atrás mencionado, apenas reproduzia ignorância já que estes “apelidados de mestres” nada sabiam da “arte médica, química, nem farmácia; e nunca se aplicou a curar nem a tratar as febres, nem as mais doenças que destroem o corpo humano”. Opinião secundada por Manuel Gomes Lima Bezerra, um homem do Norte, que mais ou menos na mesma altura assinalava seis razões que, na sua perspectiva, eram responsáveis pelo descrédito da profissão: “o mau methodo de ensinar, que se pratica na Universidade de Coimbra; a multidão de livros inúteis de medicina, (sem exceptuar os francezes) que innundão o nosso reino; os medicos, cirurgiões, e mais artistas delles dependentes, inhabeis, perguiçosos, e avarentos; os empyricos, e charlatães nacionaes, e estrangeiros, que discorrem pelas nossas provincias com evidentíssimos dannos; a ignorância, a malícia, e a abominável, e notória fraude, com que a maior parte dos boticarios enganão os medicos, e o público, não sabendo, ou não quendo compor os remedios, que se lhes

¹⁷ Veja-se a complexidade deste processo em *Pina Maniãque: um reformador no Portugal das Luzes*, pp. 332-370.

recitação, substituindo huns por outros, censurando as receitas dos peritos, e inculcando outras suas empyricas, e excremadas; a omissão, e o abuso, com que se castigão os que sem as condições precisas se fazem medicos, cirurgiões, e boticários”¹⁸.

Não estando aqui em causa a avaliação da qualidade da formação recebida pelos cirurgiões, sabe-se que as restantes licenças foram atribuídas a indivíduos que aprenderam em hospitais:

Tabela 1

Hospital/localidade	Nº formados	Anos
Lisboa (Hospital de Todos os Santos / Hospital de São José)	3220	16/07/1515 - 04/09/1826
Porto	334	16/03/1639 - 01/03/1826
Total de localidades individualmente pouco expressivas	196	17/04/1628 – 09/01/1826
Guimarães	86	02/11/1697 - 20/02/1826
Braga	75	16/03/1691 - 27/02/1826
Coimbra	75	03/05/1649 - 06/03/1826
Lisboa (Hospital (militar) do Castelo de São Jorge)	42	20/07/1640 - 19/04/1745
Elvas	28	03/04/1643 - 01/03/1826
Rio de Janeiro	28	20/08/1635 - 26/11/1804
Bahia	26	01/03/1701 - 19/07/1804
Évora	21	27/03/1651 - 10/01/1824
Chaves	20	20/11/1668 - 17/12/1824
Viana do Castelo	12	24/07/1643 - 16/09/1825
Lamego	10	14/05/1698 - 09/01/1826

A tabela tem uma leitura imediata: a Escola de Cirurgia do Hospital de Todos os Santos (após 1775, Hospital de S. José) foi, em termos de hospitais, o grande centro formador de cirurgiões do país¹⁹. O segundo centro situa-se nos hospitais da Misericórdia do Porto: Hospital de D. Lopo de Almeida e, a partir de finais do século XVIII, Hospital de Santo António²⁰. Refira-se, a propósito,

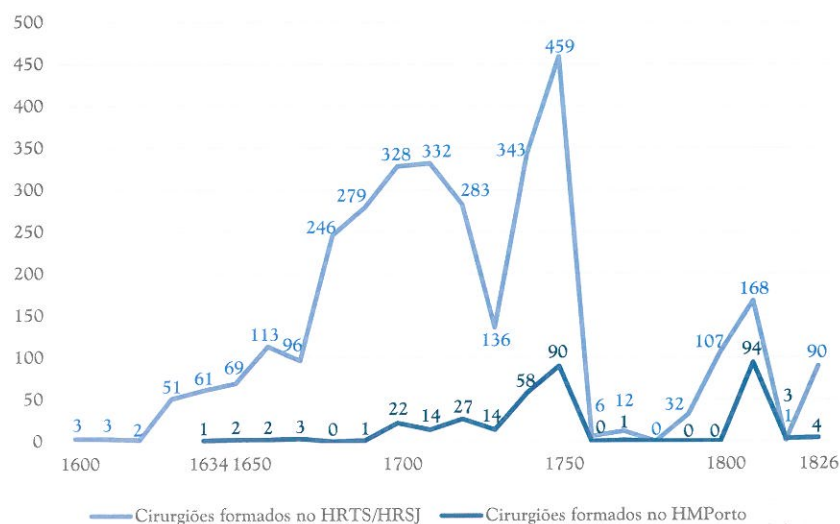
¹⁸ Vide Manuel G. de Lima Bezerra, 1764-1772, s/p.

¹⁹ Sobre os problemas relativos à formação de cirurgiões e outros profissionais de saúde no Hospital de Todos os Santos, veja-se “Training Health Professionals at the Hospital de Todos os Santos (Lisbon) 1500-1800”, *cit.*

²⁰ Por uma questão de simplicidade, doravante designar-se-á apenas “Hospital da Misericórdia do Porto”.

que entre os 634 cirurgiões que aprenderam com mestres está um conjunto de indivíduos que circulou por vários locais acabando, pelo menos até à segunda metade do séc. XVII, no Hospital de Todos os Santos, onde completavam a sua formação, por um período que podia variar entre cinco meses a dois anos, antes de se submeterem a exame. Situação que se alterou no século seguinte, quando os Comissários – representantes do Cirurgião-mor e do Físico-mor na província – se tornaram mais presentes e alguns dos aprendizes do hospital central de Lisboa optaram por terminar o seu curso e realizar os exames nos seus locais de origem ou de trabalho, incluindo as colónias, sobretudo no Brasil. Mesmo assim alguns indivíduos continuaram a rumar a Lisboa, como aconteceu com 62 dos cirurgiões formados no Hospital da Misericórdia, entre 1717 e 1750, correspondente a cerca de um terço do total dos alunos lá formados, para serem examinados na presença do Cirurgião-mor. Provavelmente, por considerarem ser maior a legitimação do grau obtido, por comparação com o exame feito no Porto pelos comissários. Face à multiplicidade de situações encontradas relativas a este grupo profissional, o que se oferece dizer nesta fase da investigação é que se está em presença de um trilho muitíssimo sinuoso, que não será de fácil reconstituição.

Gráfico 2 – Hospital de Todos os Santos/Hospital de S. José
– Hospital da Misericórdia do Porto (1600-1826)

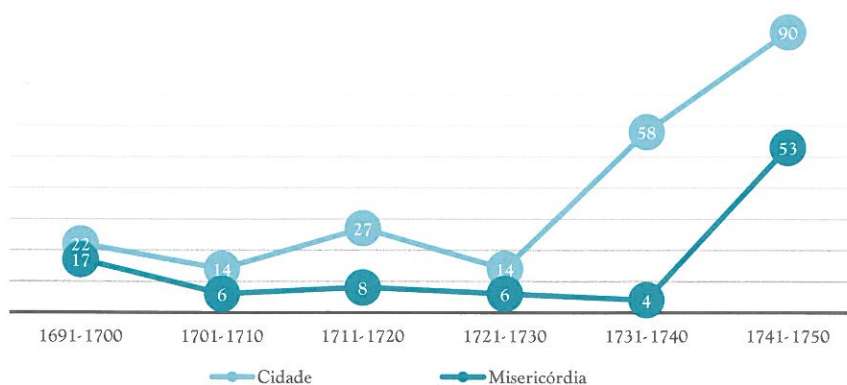


Como se pode constatar na tabela, a desproporção entre o primeiro e o segundo hospital é enorme e não é menos significativa a distância entre o hospital do Porto e os restantes hospitais. Sabe-se que estas diferenças não

espelham qualquer hierarquia entre os referidos hospitais – são vários os indicadores que apontam para que, pelo menos até ao final de Setecentos, o Hospital do Espírito Santo de Setúbal fosse, depois do Hospital de Todos os Santos, o maior de Portugal, seguido do Hospital da Misericórdia de Évora²¹ – mas mostra a macrocefalia do país também neste sector. Não sendo este o local para discutir o tipo de hospitais existentes nesta altura, e muito menos os cuidados que prestavam, nem sequer para analisar com detalhe os dados acima oferecidos, detenhamo-nos, ainda que brevemente, em Lisboa e no Porto. Quando comparados entre si (gráfico 2), a desproporção atrás mencionada ganha ainda maior visibilidade.

Maior convergência existe, contudo, nas flutuações cronológicas das licenças concedidas, circunstância que, como se viu, era exterior a ambos os hospitais. O que ainda não é possível confirmar é se em Lisboa se repetiu o cenário encontrado no Porto, onde, até meados de Setecentos, o hospital formou pouco mais que metade do número dos cirurgiões examinados na cidade (gráfico 3).

Gráfico 3 – Cirurgiões formados no Porto (cidade) e no Hospital da Misericórdia



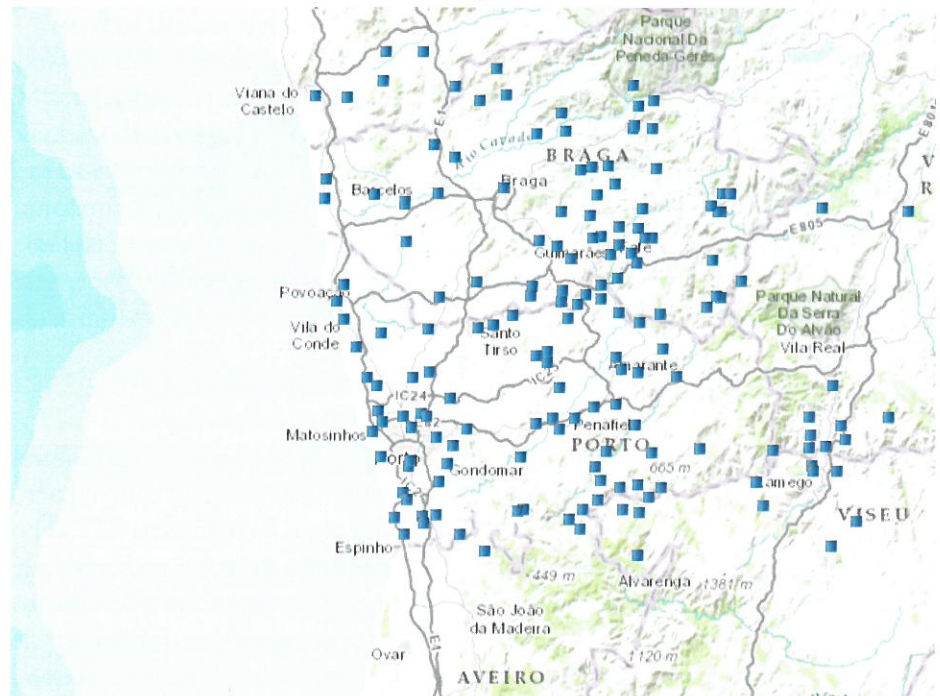
Verdadeiramente relevante, no Porto, pelo menos até à década de 80, é o crescimento do número de cirurgiões examinados localmente, o que pode indiciar a continuação da tendência registada no gráfico 3. Recorde-se que estas décadas foram particularmente dinâmicas a Norte, de que as quatro Academias Médico-cirúrgicas fundadas no Porto a partir de 1748 são expressão²² e, no seu âmbito, a proposta de criação de uma Escola de Cirurgia,

²¹ Uma panorâmica geral dos hospitais portugueses no período moderno, encontra-se em Laurinda Abreu, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 251-284.

²² Vide Pina Manique: *um reformador no Portugal das Luzes*, p. 326.

projecto que terá sido travado por Lisboa em 1757, quando foi apresentado pela primeira vez, e novamente no final do século, quando foi recuperado por iniciativa dos editores do *Jornal Enciclopédico*²³. Desta vitalidade dá conta o número de examinados pelo comissário Manuel Gomes Lima Bezerra na comarca do Porto e província do Minho: 139 cirurgiões entre 1750 e 1760; 149 entre 1761-1770, 42 entre 1781-1780; 9 entre 1781-1790. Na geografia da proveniência dos examinados se revela a distribuição dos cirurgiões nesta zona do país (mapa 1):

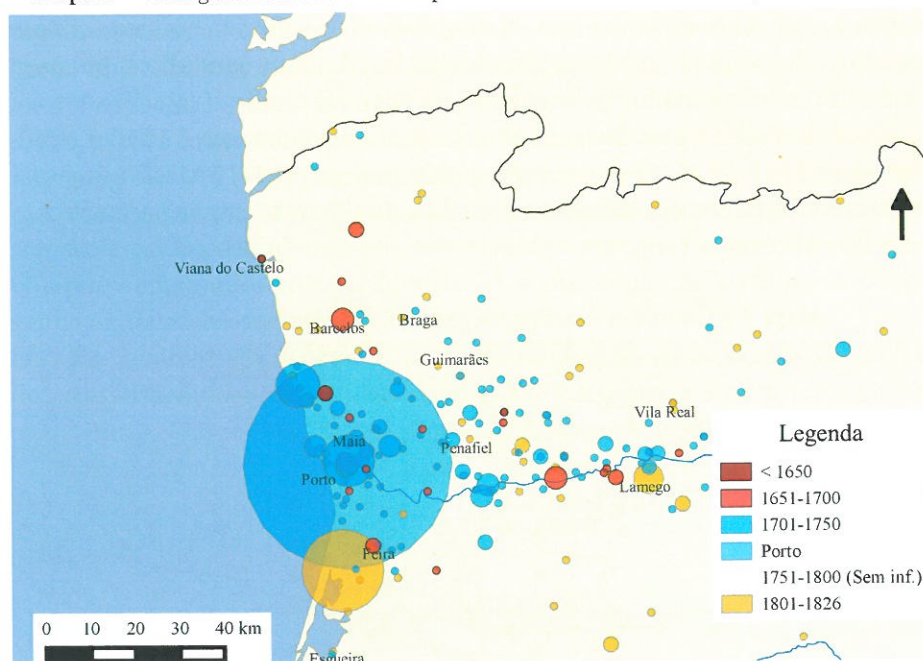
Mapa 1 – Cirurgiões examinados por MGL Bezerra (naturalidades)



Mais restrito, o raio de abrangência do Hospital da Misericórdia do Porto, privilegiava a cidade e os seus limites, ainda que pudesse chegar às comarcas de Guimarães, Barcelos, Braga, Lamego, Feira e Aveiro (mapa 2).

²³ *Idem, ibidem*, pp. 326-237.

Mapa 2 – Cirurgiões formados no Hospital da Misericórdia do Porto (naturalidades)



Mestres de cirurgia e saídas profissionais

Perscrutando o corpo docente do hospital, leia-se cirurgiões responsáveis pela formação de outros cirurgiões, verifica-se a ausência de nomes com impacto nacional, quer como mestres, quer como autores de obras de referência no campo – uma afirmação eventualmente a rever quando estudos de maior profundidade forem desenvolvidos. Dentre os mestres, apenas quatro se destacam pelo número de cirurgiões formados: João Pinto de Andrade (com cartas datadas entre 6 de Março de 1717 e 5 de Abril de 1745), com 14 cirurgiões; Pedro da Fonseca Ferreira (entre 6 de Maio de 1740 e 10 de Junho de 1748) com 24; Manuel Fernandes Maciel (entre 18 de Julho de 1691 e 28 de Julho de 1723) com 26; e Francisco da Fonseca Figueiroa (entre 3 de Setembro de 1742 e 26 de Outubro de 1749), com 30 cirurgiões. Os percursos profissionais do primeiro e do terceiro não parecem ter sido particularmente brilhantes, ou pelo menos escasseiam informações sobre os mesmos. Manuel Fernandes Maciel, graduou-se no hospital em Agosto de 1670 e lá encontrou colocação como mestre 21 anos depois, em Julho de 1691. João Pinto de Andrade terá assumido as funções de cirurgião do hospital e de comissário de cirurgia praticamente na mesma altura, tendo sido nomeado para o cargo de cirurgião do partido da Relação do Porto antes de 20 de Julho de 1739. Já Pedro da Fonseca Ferreira terá ficado a trabalhar no hospital logo no dia em

que se graduou, a 1 de Abril de 1712, mas só surge como professor muitos anos depois, em 1740, ascendendo ao lugar de examinador em 1748. De maior relevo foi a carreira do seu filho, de quem terá sido professor: Francisco da Fonseca Figueiroa, que tudo indica terá substituído o pai, muito embora se encontre no grupo dos cirurgiões que viajaram até Lisboa para realizar o exame de acesso à profissão. Exame que estaria concluído antes de 13 de Maio de 1738, data em que recebeu a habilitação do Santo ofício, que já o apresenta como cirurgião do hospital do Porto²⁴. Foi a partir da década de 50, ainda ao serviço do hospital, que se tornou notado como examinador. Ao lado do comissário Manuel Gomes de Lima Bezerra encontra-se presente em 22 comissões.

Apesar do caso referenciado, os estudos até agora realizados foram parcos na demonstração de ligações familiares fortes entre os mestres do Hospital da Misericórdia do Porto, o que não quer dizer que a continuação do trabalho não venha a demonstrar o contrário. O que ficou claro é que a formação no hospital era essencial para o acesso à carreira de examinador – não tanto pelos exemplos apresentados mas em outros encontrados a examinar na Comarca do Porto, num total de 34 cirurgiões. Deveras significativa é a reduzida projecção profissional dos cirurgiões formados no hospital do Porto, sobretudo quando se tem como parâmetro de comparação o hospital da capital: aqui a diferença é colossal (tabela 2).

Tabela 2 – Saídas profissionais dos cirurgiões formados no Hospital de Todos os Santos/S. José e no Hospital da Misericórdia do Porto

Hospital de Todos os Santos/S. José			Hospital da Misericórdia do Porto		
Profissões	N.º indivíduos	Notas	Profissões	N.º indivíduos	Notas
Cirurgião-mor	1	António Soares Brandão			
Cirurgiões da Casa Real	9				
Cirurgião-mor da Índia, Angola ou Brasil	14				
Ajudantes no HTS (Supra e de número)	68				
Cirurgiões em navios	99				
			Chefias militares	3	Cirurgião-mor/1820; Cirurgião-mor dos Voluntários Reais, S. Paulo/1795; Cirurgião do Regimento de Infantaria de Paraíba do Norte/1751 e Cirurgião de Fortaleza/1758

²⁴ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, *Conselho Geral, Habilitações, Francisco*, Mç. 58, doc. 1137.

Cirurgiões com cartas de boticário	21				
Cirurgiões Médicos	16	Graduados em medicina		Partidos (cirurgia) municipais	20
Partidos de medicina	4	Obtidos pelos médicos			
Comissários	99	Destes, 62 serviram como examinadores			Comarcas dos Porto, Feira, Vila Real, Guimarães, Braga, Lamego e Esgueira. Podem ser renovados e múltiplos: p.ex. Couto de Louriz, São Pedro de Ferreira e São Pedro de Cova
Examinadores	485			Cirurgiões com carta de boticário	4
Lentes de cirurgia no HTS	26	Incluindo os que não se formaram nele			
Mestres de cirurgia fora do HTS	13			Cirurgiões com carta de medicina	6
Cirurgiões militares	62				Depois da reforma do Protomedicato (1801)
Licença para curar de cirurgia	9			Examinadores	34
Licença para curar de medicina	39				
Partidos de cirurgia	133			Comissários	10
					Depois de 1715-1716

Para além de examinadores, só mesmo a colocação nos partidos municipais de cirurgia tem algum relevo. Na prática, um partido significava um emprego na administração local, o que não era de todo despiciendo tendo em consideração os poucos lugares disponíveis e a segurança profissional que o mesmo poderia significar. Refira-se, ainda, que estes mesmos cargos tendiam a ser renovados e aumentados e que, nos lugares mais pequenos, um mesmo partido podia servir várias comunidades, como era o caso de Ovar e Pereira Jusã, ou no Couto de Louriz, São Pedro de Ferreira e São Pedro da Cova, aumentando assim a área de influência, e possíveis recursos associados, ao cirurgião em causa. A lista dos examinadores (tabela 3) ganha, assim, um lugar de destaque em análises futuras, que explorem eventuais redes clientelares e de favorecimento, não só relacionadas com os exames propriamente ditos mas também com as colocações no mercado de trabalho e em posições de chefia. Uma tarefa a juntar a todas as outras que já estão em curso.

Tabela 3 – Examinadores formados no Hospital da Misericórdia do Porto

Nome	Carta de cirurgia	Data da 1.ª carta com o seu exame	Data última carta com o seu exame	Nº de examinados do HRPorto	Exames com MGL Bezerra (1752-1783)	Total Cirurgiões examinados ²⁵
Manuel da Costa Moreira	1709-06-05	1716-08-21	1716-08-21	1		1
Pedro da Fonseca Ferreira	1704-04-12	1717-05-07	1739-12-09	9		14
Diogo da Silva Portela	1717-05-07	1717-07-27	1717-08-30	3		3
José Correia da Costa	1717-03-03	1717-07-27	1719-02-18	4		5
João Teixeira Pereira	1717-03-05	1717-08-30	1722-11-10	6		8
Luís Barbosa dos Santos	1720-01-20	1721-01-15	1723-02-13	6		6
Francisco de Almeida Cabral	1722-05-20	1723-02-12	1757-09-27	50	1	82
Manuel Martins Freire	1739-04-18	1739-06-06	1769-04-10	11	54	75
Francisco da Fonseca Figueiroa	1739-04-08	1739-07-28	1761-09-03	2	22	25
Agostinho Lopes	1740-05-22	1740-11-15	1755-09-02	5	1	7
Manuel José de Almeida	1739-08-12	1740-12-02	1742-04-25	3		7
Lourenço Pereira da Rocha	1715-05-17	1740-12-29	1761-12-11 ²⁶	1		18
Norberto Moreira da Costa	1717-04-15	1741-09-01	1767-06-11	2	1	3
Bernardo de Sousa Felgueiras	1739-05-08	1740-06-14	1743-03-10	2		3
Manuel José de Carvalho	1739-04-26	1742-02-21	1761-12-05	1	11	12
Miguel da Silva Guimarães	1741-11-04	1742-04-23	1752-03-14	1		2
José de Araújo	1740-03-06	1742-09-21	1767-03-28		4	5
Manuel Ferreira Cardoso	1742-09-03	1742-12-11	1744-02-12	6		6
José de Castro de Sousa	1744-02-12	1744-05-06	1744-05-06	1		1
António Pereira da Rocha	1741-07-07	1747-10-27	1764-07-29	1	2	3
Alexandre da Cunha	1747-02-06	1751-06-14	1771-07-29		4	6
António de Azevedo Carvalho	1741-03-03	1751-06-22	1755-01-28		6	7
José Teixeira Guimarães	1749-07-10	1752-11-23	1790-11-30		24	43
Jerónimo Ribeiro	1744-11-23	1753-03-20	1758-06-05		3	3
António Moreira Pitada	1749-10-24	1754-07-31	1755-04-14		5	5
Manuel Leite Teixeira	1744-07-07	1755-10-24	1755-10-24		1	1
Manuel Teixeira de Abreu	1749-08-20	1760-03-28	1786-11-18		7	11
António Ferreira	1745-10-04	1761-01-01	1761-01-01		1	1
Jacinto Teixeira	1740-05-24	1767-11-13	1768-01-11		5	5
Manuel Gomes dos Santos	1749-02-11	1770-01-01	1802-03-04	5	34	58
Luís da Silva Pereira	1742-04-23	1770-09-12	1770-10-19		2	2
José Joaquim dos Santos	1802-11-11	1803-09-30	1825-11-26	5		8
António Ribeiro de Carvalho	1803-10-24	1804-09-11	1807-05-12	8		10

²⁵ Inclui cirurgiões que não aprenderam no Hospital da Misericórdia do Porto ou não foram examinados por Manuel Gomes Lima Bezerra.

²⁶ Na última carta este cirurgião surge como Comissário especial.